



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006058-60.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de voo**
Requerente: **José Misale Neto e outros**
Requerido: **AIR EUROPA LINEAS AÉREAS SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que os autores alegaram ter adquirido da ré passagens aéreas para a realização de viagem de Barcelona para Madri.

Alegaram ainda que houve atraso no embarque de aproximadamente nove horas, sem que tivessem recebido ao longo desse período a devida assistência da ré.

Almejam ao ressarcimento dos danos materiais e morais que suportaram.

A primeira preliminar arguida pela ré em contestação entrosa-se com o mérito da causa e como tal será examinada.

Já a segunda não prospera porque os autores não pleitearam propriamente a concessão dos benefícios da assistência judiciária, limitando-se ao ajuizamento da ação sem o recolhimento de custas com amparo no art. 54, *caput*, da Lei nº 9.099/95.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Como sói acontecer, não se vislumbra irregularidade alguma nesse procedimento, respaldado por expressa disposição normativa.

A pretensão deduzida abarca o ressarcimento de danos morais e materiais que os autores tiveram pelo atraso em voo contratado junto à ré e por circunstância correlatas a isso.

Já a ré não refutou a verificação de tal atraso, mas ressaltou que ele promanou de problemas técnicos na aeronave que seria utilizada pelos autores e que lhes ofereceu toda a assistência até que o embarque se consumasse.

A primeira questão que demanda enfrentamento no caso concerne a definir o diploma legal que disciplina situações como a dos autos.

Preservado o respeito que tributo aos que perfilham entendimento diverso, reputo que não se aplicam aqui convenções internacionais e sim o Código de Defesa do Consumidor.

Diversas são as manifestações do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nesse sentido:

“...A companhia aérea que presta o serviço de transporte aéreo internacional de passageiros responde objetivamente pelos danos causados e, a partir do advento da CF/88, não mais se aplicam os limites de indenização previstos e Convenções Internacionais, como a Convenção de Montreal precedida pela Convenção de Varsóvia” (Ap. 9136159-79.2009.8.26.000, Rel. Des. **REBELLO PINHO**, j . 6.6.2011).

“Indenizatória por danos materiais e morais - Transporte aéreo - Extravio de bagagem - Descumprimento contratual - Inaplicabilidade da Convenção de Varsóvia - Indenização tarifada afastada...” (Ap. 9197227-64.2008.8.26.0000, Rel. Des. **LÍGIA ARAÚJO BISOGNI**, j . 27.4.2011).

Ademais, é certo que a hipótese vertente concerne a relação de consumo e que se aplica a ela a regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC, diante da verossimilhança das alegações dos autores, na esteira de pacífica jurisprudência sobre o assunto (STJ-RT 803/177; TJSP, 8ª Câmara, Ap. 7.407.652-7, rel. Des. **CARLOS ALBERTO LOPES**; TJSP, 19ª Câmara, Ap. 0052034-86.2009.8.26.0114, rel. Des. **SEBASTIÃO ALVES JUNQUEIRA**).

Assentadas essas premissas, transparece inegável que o serviço prestado pela ré o foi de forma inadequada, dando causa a grande atraso no embarque dos autores.

O argumento de que ele decorreu de problemas técnicos da aeronave que faria o voo não prospera à míngua de sequer um indício que lhe conferisse verossimilhança.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Tocava à ré fazer prova nesse sentido, seja de acordo com o art. 6º, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor (expressamente destacado no despacho de fl. 202), seja em consonância com o art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil, mas ela não se desincumbiu satisfatoriamente desse ônus por não ter amealhado elementos de prova idôneos que prestigiassem o que expendeu sobre o assunto.

Por outro lado, não houve impugnação ao tempo de atraso (aproximadamente nove horas), enquanto a ré não demonstrou que prestou a devida assistência aos autores nesse espaço de tempo.

Uma vez mais afirma-se que ela não se desincumbiu do ônus que lhe pesava sobre a matéria.

O quadro delineado estabelece a conclusão de que os danos morais reclamados realmente aconteceram.

A demora no embarque dos autores foi expressiva sem que houvesse razões concretas para justificá-la.

Esperar sem o devido atendimento já representa desgaste de vulto que os autores suportaram, mas a isso se aliam as consequências próprias do atraso, cristalizadas na perda da viagem empreendida em ao menos metade de um dia, considerando o horário da chegada (23h) e a previsão para ele se desse (13h:35min).

É óbvio que os autores, a exemplo de qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar, tiveram abalo que suplantou com essa dinâmica em larga medida o mero dissabor próprio da vida cotidiana e foi além do simples descumprimento contratual, como, aliás, denotam as regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95).

Ficam configurados, portanto, os danos morais dos autores, não tendo a ré ao menos no caso em apreço dispensado a eles o tratamento que seria exigível.

Todavia, o valor da indenização não poderá ser o proclamado pelos autores, que transpõe excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida a cada autor em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Quanto aos danos materiais, desdobraram-se em três aspectos: a perda de passeios agendados, danos em bagagem da autora e despesas a maior pela locação de automóvel.

Não há provas sobre o primeiro, o que seria indispensável à sua precisa delimitação, tanto que os autores o determinaram por estimativa (fl. 10, último parágrafo).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A alegação de que estavam impossibilitados de buscar a devida comprovação (inviabilidade de obtê-la junto a agências estrangeiras) não serve para afastar sua obrigação no particular.

O mesmo raciocínio vale para a importância atinente às despesas a maior pela locação de veículo, pois os documentos de fls. 64/66 não se me afiguram suficientes por si sós para servirem de base ao sobre-preço que os autores teriam pago sem que houvesse alternativa para eles se deslocarem quando chegaram ao seu destino.

Entendimento diverso aplica-se aos danos na bagagem da autora, bem definidos a fls. 50/55, e que deram causa aos gastos de fls. 56/57.

Se a bagagem já estava danificada antes do embarque, a ré deveria ter feito prova, mas isso não sucedeu.

Nem se diga, por fim, que a responsabilidade pela situação seria de terceiro, já que os autores estabeleceram liame jurídico com a ré, de modo que caberá a ela – se o desejar – ajuizar ação de regresso contra quem tome como verdadeiro causador do problema para reaver o que porventura despendeu a respeito.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar a cada autor a quantia de R\$ 3.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação, bem como a pagar aos autores a quantia de R\$ 246,40, acrescida de correção monetária, a partir de maio de 2017 (época do evento danoso), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 28 de agosto de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA